

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	19
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	507.692
Preferenciais	42.308
Total	550.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,12020
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	20/04/2017	Dividendo		Preferencial		0,12020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	279.908	169.167
1.01	Ativo Circulante	74.239	75.364
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14.232
1.01.02	Aplicações Financeiras	43.530	31.611
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	43.530	31.611
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	43.530	31.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.841	1.183
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.841	1.183
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.841	1.183
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.541	1.017
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.321	27.321
1.01.08.03	Outros	27.321	27.321
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	27.321	27.321
1.02	Ativo Não Circulante	205.669	93.803
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.702	39.396
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	31	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.671	39.396
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	41.671	39.396
1.02.02	Investimentos	163.967	54.407
1.02.02.01	Participações Societárias	163.967	54.407
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	163.967	54.407

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	279.908	169.167
2.01	Passivo Circulante	50.447	53.915
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3	0
2.01.02	Fornecedores	454	3.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	454	3.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	7	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7	77
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	7	0
2.01.05	Outras Obrigações	49.983	49.983
2.01.05.02	Outros	49.983	49.983
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	49.983	49.983
2.02	Passivo Não Circulante	50.876	47.903
2.02.02	Outras Obrigações	9.765	9.010
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.010	9.010
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	9.010	9.010
2.02.02.02	Outros	755	0
2.02.02.02.15	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo de Controladas	755	0
2.02.04	Provisões	41.111	38.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.111	38.893
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais	41.111	38.893
2.03	Patrimônio Líquido	178.585	67.349
2.03.01	Capital Social Realizado	42.480	42.480
2.03.02	Reservas de Capital	-13.158	3.649
2.03.02.07	Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de investimento entre sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Compra de ações em tesouraria - efeito reflexo controlada Elpa	-16.807	0
2.03.04	Reservas de Lucros	21.220	21.220
2.03.04.01	Reserva Legal	1.386	1.386
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.223	13.223
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	6.611	6.611
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	128.043	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-163	633	-465	-1.306
3.02.07	Pessoal e Administradores	-70	-97	0	0
3.02.09	Serviços de Terceiros	-74	821	-456	-1.229
3.02.16	Outras despesas operacionais	-19	-91	-9	-77
3.03	Resultado Bruto	-163	633	-465	-1.306
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.110	125.623	-3.891	-15.930
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.110	125.623	-3.891	-15.930
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	947	126.256	-4.356	-17.236
3.06	Resultado Financeiro	408	1.787	893	3.305
3.06.01	Receitas Financeiras	1.492	5.244	2.218	6.194
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.084	-3.457	-1.325	-2.889
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.355	128.043	-3.463	-13.931
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-262	-741
3.08.02	Diferido	0	0	-262	-741
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.355	128.043	-3.725	-14.672
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-30.372	-56.607
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-30.372	-56.607
3.10.01.01	Resultado Líquido Proveniente de Operações Cindidas	0	0	-22.604	-33.303
3.10.01.02	Amortização de Intangível de Concessão Proveniente de Operações Cindidas	0	0	-7.768	-23.304
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.355	128.043	-34.097	-71.279
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.01.02	PN	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.02.02	PN	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.355	128.043	-34.097	-71.279
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-246.462
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial - Reflexo de Controlada Cindida	0	0	0	-373.428
4.02.02	Imposto de Renda/Contrib.Social s/Ajuste de Avaliação Atuarial - Reflexo de Controlada Cindida	0	0	0	126.966
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.355	128.043	-34.097	-317.741

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.649	8.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-320	-2.186
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo Líquido do Período	128.043	-71.279
6.01.01.03	Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	0	23.304
6.01.01.04	Variações Monetárias e Cambiais	-76	-41
6.01.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	256	302
6.01.01.07	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-2.920	-4.446
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	-125.623	15.930
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	0	741
6.01.01.13	Resultado líquido de operações cindidas	0	33.303
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.934	-8.590
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	44	-3.141
6.01.02.06	Outros Créditos	0	32
6.01.02.07	Fornecedores	-3.401	-3.914
6.01.02.09	Outros Tributos a Pagar	-25	-50
6.01.02.11	Despesas pagas antecipadamente	-555	-1.517
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	3	0
6.01.03	Outros	1.605	19.014
6.01.03.02	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	2.225	19.265
6.01.03.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-620	-251
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.577	269.589
6.02.02	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-31.101	-167.737
6.02.03	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	19.812	437.780
6.02.04	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-288	-454
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-277.802
6.03.01	Pagamento Relacionado à Redução de Capital / Obrigações com Acionistas	0	-277.802
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.226	25
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.232	25
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6	50

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	42.480	3.649	21.220	0	0	67.349
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	42.480	3.649	21.220	0	0	67.349
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-16.807	0	0	0	-16.807
5.04.08	Recompra de ações - direito de retirada da controlada AES Elpa	0	-16.807	0	0	0	-16.807
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.043	0	128.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.043	0	128.043
5.07	Saldos Finais	42.480	-13.158	21.220	128.043	0	178.585

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.791.711	0	260.488	0	-70.052	1.982.147
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.791.711	0	260.488	0	-70.052	1.982.147
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.279	-246.462	-317.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.279	0	-71.279
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-246.462	-246.462
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-373.428	-373.428
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	126.966	126.966
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.662	-8.662	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	13.110	-13.110	0
5.06.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-4.448	4.448	0
5.07	Saldos Finais	1.791.711	0	260.488	-62.617	-325.176	1.664.406

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	733	-1.302
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	821	-1.229
7.02.04	Outros	-88	-73
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	-88	-73
7.03	Valor Adicionado Bruto	733	-1.302
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	733	-1.302
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.867	-66.343
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	125.623	-15.930
7.06.02	Receitas Financeiras	5.244	6.194
7.06.03	Outros	0	-56.607
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-33.303
7.06.03.02	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-23.304
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.600	-67.645
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.600	-67.645
7.08.01	Pessoal	81	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	81	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16	742
7.08.02.01	Federais	16	741
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.460	2.892
7.08.03.01	Juros	3.457	2.889
7.08.03.02	Aluguéis	3	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.043	-71.279
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.043	-71.279

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	424.622	301.208
1.01	Ativo Circulante	305.038	156.466
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.757	26.946
1.01.02	Aplicações Financeiras	229.954	79.522
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	229.954	79.522
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	229.954	79.522
1.01.03	Contas a Receber	1.873	12.789
1.01.03.01	Clientes	1.872	6.777
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	6.012
1.01.03.02.01	Contas a receber de partes relacionadas	1	6.012
1.01.04	Estoques	1.007	1.338
1.01.04.01	Almoxarifado	1.007	1.338
1.01.06	Tributos a Recuperar	44.209	13.167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	44.209	13.167
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	42.390	12.410
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	1.819	757
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.986	1.429
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.252	21.275
1.01.08.03	Outros	21.252	21.275
1.01.08.03.03	Outros Créditos	21.252	21.275
1.02	Ativo Não Circulante	119.584	144.742
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.871	134.044
1.02.01.03	Contas a Receber	33.121	33.121
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.121	33.121
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.950	37.058
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.950	37.058
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.128	643
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	67.672	63.222
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	67.672	63.221
1.02.01.09.09	Outros Créditos	0	75.061
1.02.01.09.11	Provisão para Redução ao Provável Valor de Realização de Ativos	0	-75.060
1.02.03	Imobilizado	9.701	10.698
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.406	8.553
1.02.03.01.01	Imobilizado Líquido	352.292	369.398
1.02.03.01.02	Provisão para Redução ao Provável Valor de Realização de Ativos	-342.886	-360.845
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	295	2.145
1.02.04	Intangível	12	0
1.02.04.01	Intangíveis	12	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	424.622	301.208
2.01	Passivo Circulante	86.178	76.772
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.315	5.837
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.315	5.837
2.01.02	Fornecedores	4.923	9.804
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.923	9.804
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.802	2.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.756	1.908
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.769	27
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	987	1.881
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	37	145
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	261	364
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	261	364
2.01.05	Outras Obrigações	51.667	58.557
2.01.05.02	Outros	51.667	58.557
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.016	50.016
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	335	1.773
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	5	9
2.01.05.02.10	Receita diferida	1.311	1.773
2.01.05.02.11	Repasse seguro - conta de energia	0	4.986
2.01.06	Provisões	2.210	156
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.210	156
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais	2.210	156
2.02	Passivo Não Circulante	159.537	156.522
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	253	46
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	253	46
2.02.02	Outras Obrigações	92.765	94.607
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.010	9.010
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	9.010	9.010
2.02.02.02	Outros	83.755	85.597
2.02.02.02.04	Contas a Pagar por Compra de Energia - CCEE	70.887	70.887
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	4.831	2.629
2.02.02.02.13	Obrigações Sociais e Trabalhistas	60	64
2.02.02.02.14	Receita diferida	7.977	12.017
2.02.04	Provisões	66.519	61.869
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	66.519	61.869
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	66.519	61.869
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	178.907	67.914
2.03.01	Capital Social Realizado	42.480	42.480
2.03.02	Reservas de Capital	-13.158	3.649
2.03.02.07	Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	-7.481	-7.481
2.03.02.08	Transferência de investimento entre sócios	11.130	11.130
2.03.02.09	Compra de ações em tesouraria - efeito reflexo controlada Elpa	-16.807	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04	Reservas de Lucros	21.220	21.220
2.03.04.01	Reserva Legal	1.386	1.386
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.223	13.223
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	6.611	6.611
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	128.043	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	322	565

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.879	55.652	14.821	35.158
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.608	111.066	-22.300	-45.408
3.02.01	Energia Elétrica Comprada	-439	-2.181	-327	-937
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-409	-1.227	-413	-1.238
3.02.07	Pessoal e Administradores	-14.268	-39.242	-12.186	-31.802
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-19	-69	-20	36
3.02.09	Serviços de Terceiros	-3.873	-23.977	-4.816	-16.156
3.02.10	Material	-1.828	-5.971	-2.404	-5.570
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	788	-2.586	-281	-571
3.02.14	Reversão (Provisão) para Redução ao Provável Valor de Recuperação dos Ativos	5.985	17.959	5.163	33.238
3.02.15	Depreciação e Amortização	-6.494	-19.523	-6.305	-18.801
3.02.16	Outras despesas operacionais	-1.051	187.883	-711	-3.607
3.03	Resultado Bruto	-3.729	166.718	-7.479	-10.250
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.729	166.718	-7.479	-10.250
3.06	Resultado Financeiro	3.873	12.203	3.566	-6.351
3.06.01	Receitas Financeiras	5.889	20.842	5.043	14.569
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.016	-8.639	-1.477	-20.920
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.984	-8.566	-2.323	-5.606
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-32	-73	846	-15.314
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144	178.921	-3.913	-16.601
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.211	-50.877	192	1.926
3.08.01	Corrente	1.372	-19.769	-65	-76
3.08.02	Diferido	-161	-31.108	257	2.002
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.355	128.044	-3.721	-14.675
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-51.794	-56.253
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-51.794	-56.253
3.10.01.01	Resultado Líquido Proveniente de Operações Cindidas	0	0	-32.539	1.511
3.10.01.02	Amortização de Intangível de Concessão Proveniente de Operações Cindidas	0	0	-19.255	-57.764

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.355	128.044	-55.515	-70.928
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.355	128.043	-34.096	-71.278
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1	-21.419	350
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.01.02	PN	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960
3.99.02.02	PN	0,00246	0,23281	-0,06199	-0,12960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.355	128.044	-55.515	-70.928
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-706.754
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial-Reflexo de Controlada Cindida	0	0	0	-1.070.839
4.02.02	Imposto de Renda/Contrib.Social s/ Ajuste de Avaliação Atuarial - Reflexo de Controlada Cindida	0	0	0	364.085
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.355	128.044	-55.515	-777.682
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.355	128.043	-263.858	-317.740
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1	208.343	-459.942

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	139.764	1.342.491
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	148.156	-24.764
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	128.044	-70.928
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	19.523	18.801
6.01.01.03	Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	0	57.764
6.01.01.04	Variações Monetárias e Cambiais	452	15.736
6.01.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	3.603	1.291
6.01.01.06	Custo de Empréstimos (encargos de dívidas)	87	83
6.01.01.07	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-16.736	-10.889
6.01.01.08	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível da Concessão e Imobilizado	0	57
6.01.01.10	Reversão da Provisão para Redução ao Provável Valor de Realização	-17.959	-33.237
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	31.108	-2.002
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	43	71
6.01.01.13	Resultado líquido de operações cindidas	0	-1.511
6.01.01.14	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-9	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.483	-8.977
6.01.02.01	Consumidores, Revendedores, Concessionárias e Permissionárias	4.905	-2.638
6.01.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	1.985	-2.469
6.01.02.03	Outros Tributos Compensáveis	-1.062	236
6.01.02.04	Contas a receber de partes relacionadas	6.011	0
6.01.02.05	Almoxarifado	331	-1.558
6.01.02.06	Outros Créditos	24	0
6.01.02.07	Fornecedores	-4.881	-3.050
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.769	-340
6.01.02.09	Outros Tributos a Pagar	-1.906	56
6.01.02.10	Encargos Setoriais	366	-436
6.01.02.11	Despesas pagas antecipadamente	-4.041	-1.885
6.01.02.12	Receita diferida	-4.502	0
6.01.02.14	Outras obrigações	-4	692
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	474	2.415
6.01.02.17	Repasse seguro - conta de energia	-4.986	0
6.01.03	Outros	-20.875	1.376.232
6.01.03.01	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-413	-415
6.01.03.02	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	8.769	29.443
6.01.03.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-29.231	-2.757
6.01.03.04	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	0	1.349.961
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-145.429	-1.000.468
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-154	-4.847
6.02.02	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-313.732	-269.584
6.02.03	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	169.762	558.590
6.02.04	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-1.325	-1.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.02.05	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	0	-1.283.602
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado	20	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.524	-339.497
6.03.01	Pagamento Relacionado à Redução de Capital / Obrigações com Acionistas	0	-277.802
6.03.03	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-419	-320
6.03.04	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	0	-61.375
6.03.05	Recompra de ações - direito de retirada	-17.105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.189	2.526
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.946	152.182
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.757	154.708

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	42.480	3.649	21.220	0	0	67.349	565	67.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	42.480	3.649	21.220	0	0	67.349	565	67.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-16.807	0	0	0	-16.807	-244	-17.051
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	43	43
5.04.08	Recompra de Ações - Direito de Retirada da Controlada AES Elpa	0	-16.807	0	0	0	-16.807	-298	-17.105
5.04.09	Alteração de Participação Societária na Controlada AES Elpa	0	0	0	0	0	0	11	11
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.043	0	128.043	1	128.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.043	0	128.043	1	128.044
5.07	Saldos Finais	42.480	-13.158	21.220	128.043	0	178.585	322	178.907

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.791.711	0	260.488	0	-70.052	1.982.147	1.859.139	3.841.286
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.791.711	0	260.488	0	-70.052	1.982.147	1.859.139	3.841.286
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	993	993
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	993	993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-71.279	-246.462	-317.741	-459.941	-777.682
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-71.279	0	-71.279	351	-70.928
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-246.462	-246.462	-460.292	-706.754
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-373.428	-373.428	-697.413	-1.070.841
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	126.966	126.966	237.121	364.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.662	-8.662	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	13.110	-13.110	0	0	0
5.06.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-4.448	4.448	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.791.711	0	260.488	-62.617	-325.176	1.664.406	1.400.191	3.064.597

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	63.246	40.017
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.246	40.017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	172.310	8.582
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.181	-936
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.455	-21.951
7.02.04	Outros	204.946	31.469
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	204.946	31.469
7.03	Valor Adicionado Bruto	235.556	48.599
7.04	Retenções	-19.523	-18.801
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.523	-18.801
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	216.033	29.798
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.842	-41.683
7.06.02	Receitas Financeiras	20.842	14.569
7.06.03	Outros	0	-56.252
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	1.512
7.06.03.02	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-57.764
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	236.875	-11.885
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	236.875	-11.885
7.08.01	Pessoal	34.105	27.537
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.430	26.150
7.08.01.02	Benefícios	69	-36
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.606	1.423
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.494	8.252
7.08.02.01	Federais	62.477	7.022
7.08.02.02	Estaduais	82	61
7.08.02.03	Municipais	1.935	1.169
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.232	23.254
7.08.03.01	Juros	8.639	20.920
7.08.03.02	Aluguéis	1.593	2.334
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.044	-70.928
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.043	-71.279
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1	351

Comentário do Desempenho

1. Perfil

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto e exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), AES Serviços TC Ltda. (AES Serviços) e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana" ou "Usina") mediante participação direta no capital dessas sociedades. A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. ("AES Holdings Brasil").

2. Desempenho econômico-financeiro

O resultado consolidado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 são compostos da seguinte forma:

Em milhares de reais	Consolidado			
	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Receita Operacional Bruta	63.246	40.017	23.229	58,0%
Deduções à Receita Operacional Bruta	(7.594)	(4.859)	(2.735)	56,3%
Receita Operacional Líquida	55.652	35.158	20.494	58,3%
Custos e Despesas Operacionais	111.066	(45.408)	156.474	-344,6%
Resultado do Serviço (Lucro / Prejuízo Bruto)	166.718	(10.250)	176.968	-1726,5%
Resultado Financeiro	12.203	(6.351)	18.554	-292,1%
Resultado antes dos Tributos	178.921	(16.601)	195.522	-1177,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.877)	1.926	(52.803)	-2741,6%
Lucro / Prejuízo do período de operações em continuidade	128.044	(14.675)	142.719	-972,5%
Operações Descontinuadas				
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	-	1.511	(1.511)	-100,0%
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	-	(57.764)	57.764	-100,0%
Total das Operações Descontinuadas	-	(56.253)	56.253	-100,0%
Lucro / Prejuízo líquido do período	128.044	(70.928)	198.972	-280,5%
Atribuído a acionistas controladores	128.043	(71.278)		
Atribuído a acionistas não controladores	1	350		

No 9M17 a Companhia auferiu um lucro líquido consolidado no montante de R\$ 128.044 ante um prejuízo líquido de R\$ 70.928 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento deste resultado.

2.1. Receita operacional líquida

As principais fontes de receita consolidada da Companhia são provenientes da prestação de serviços, por meio de sua controlada AES Serviços e geração de energia por meio de sua controlada Uruguaiana, sendo que esta última não auferiu receita com geração de energia elétrica, pois nos 9M17 a usina permaneceu em estado de hibernação.

A variação positiva de R\$ 23.229 na receita bruta está principalmente relacionada aos seguintes fatores:

- ✓ Indenização a receber pela controlada AES Serviços, no montante de R\$ 16.568 registrada nos 9M17. Durante os 9M17, a controlada AES Serviços firmou acordo para rescisão contratual com a RGE Sul (antiga AES Sul), relacionado a arrecadação,

Comentário do Desempenho

oferta e venda de produtos securitários aos clientes da área de concessão da RGE Sul em faturas de energia. A referida indenização foi assumida pela AES Guaíba II, visto que esta última era a controladora da AES Sul na época da sua venda;

- ✓ Aumento nos serviços prestados da controlada AES Serviços de R\$ 9.308, atribuído principalmente aos serviços de corte e religa, manutenção e seguros; compensados parcialmente por;
- ✓ Redução da estimativa do valor a receber da controlada Uruguaiana, referente ao ressarcimento dos custos adicionais de operação de caráter emergencial de 2014, no montante de R\$ 2.647.

As deduções da receita bruta são constituídas principalmente por despesas com PIS, Cofins e ISS, no valor de R\$ 7.594 nos 9M17, ante R\$ 4.859 nos 9M16.

Segue abaixo a composição da receita operacional líquida por controlada:

Controladas	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
AES Serviços	57.879	34.984	22.895	65,4%
AES Uruguaiana	(2.227)	174	(2.401)	-1379,9%
Total da receita operacional líquida consolidada	55.652	35.158	20.494	58,3%

2.2. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais da Companhia tiveram um resultado consolidado positivo nos 9M17 de R\$ 111.066 (negativo de R\$ 45.408 nos 9M16). As variações nas seguintes contas explicam o efeito positivo de R\$ 156.474:

- ✓ Outras despesas operacionais: variação positiva de R\$ 191.490, devido basicamente ao reconhecimento, pela controlada Uruguaiana, de R\$ 190.890 originado pelo acordo de arbitragem com a YPF em 10 de janeiro de 2017, parcialmente compensado por;
- ✓ Custos com pessoal e entidade de previdência privada: aumento de R\$ 7.440 devido a contratação de funcionários pela controlada AES Serviços reflexo do aumento dos serviços prestados;
- ✓ Serviços de terceiros: aumento de R\$ 7.821 devido aos custos incorridos com escritórios de advocacia na controlada Uruguaiana relacionado ao acordo com a YPF;
- ✓ Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização: redução de R\$ 15.279, em função do acordo de arbitragem entre a controlada Uruguaiana e a YPF. Com a efetivação do referido acordo, a controlada Uruguaiana baixou o ativo relacionado ao direito do uso do gás, e conseqüentemente não registrou nos 9M17 a reversão da provisão para redução ao provável valor de realização.

Como reflexo dos fatos acima, o resultado bruto consolidado atingiu um resultado positivo de R\$ 166.718 nos 9M17 ante resultado negativo de R\$ 10.250 nos 9M16.

Comentário do Desempenho

2.3. Resultado Financeiro

Resultado financeiro	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	20.842	14.569	6.273	43,1%
Despesas financeiras	(8.566)	(5.606)	(2.960)	52,8%
Variações cambiais, líquidas	(73)	(15.314)	15.241	-99,5%
Total resultado financeiro	12.203	(6.351)	18.554	-292,1%

O resultado financeiro líquido consolidado foi positivo nos 9M17 em R\$ 12.203, ante um resultado líquido negativo nos 9M16 de R\$ 6.351, a variação positiva de R\$ 18.554 é decorrente basicamente de:

- ✓ Aumento dos juros de aplicações financeiras, em função do maior saldo de aplicações, o qual teve origem pelo recebimento de R\$ 190.164 (já líquidos de IOF no montante de R\$ 726) referente ao acordo da controlada Uruguaiana com a YPF;
- ✓ Redução das despesas com variação cambial, pois em virtude do acordo com a YPF, a controlada Uruguaiana encerrou a discussão relacionada ao direito do uso do gás, e consequentemente não reconheceu nos 9M17 variação cambial relacionado ao tema, visto que o ativo foi baixado junto com a respectiva provisão para provável valor de recuperação.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

O resultado antes dos tributos consolidado nos 9M17 foi lucro de R\$ 178.921, ante um prejuízo de R\$ 16.601 nos 9M16. Devido ao maior lucro tributável nos 9M17 oriundo do acordo entre a controlada Uruguaiana e a YPF, foram apropriadas despesas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 50.877 nos 9M17 (receita de R\$ 1.926 nos 9M16).

2.5. Operações descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas nos 9M16 totalizou R\$ 56.253, fruto, principalmente: (i) do resultado líquido do investimento cindido na Eletropaulo de R\$ 1.511 e (ii) das amortizações de intangível da concessão da controlada AES Elpa e da Companhia, relacionadas ao investimento cindido da Eletropaulo, no montante total de R\$ 57.764.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Brasileira Participações S.A. (Companhia), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda., sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), AES Serviços TC Ltda. (AES Serviços) e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana" ou "Usina") mediante participação direta no capital dessas sociedades.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

1.1 Reorganização societária

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia, sua controlada AES Elpa S.A. e antiga controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"). A Reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da AES Elpa com a incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Companhia (AES Holdings Brasil Ltda e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR), e da AES Elpa passaram a deter participação direta na Eletropaulo. Após a cisão parcial, a Companhia deixou de possuir qualquer participação na Eletropaulo.

A Reorganização não implicou na alteração do acionista controlador direto da Companhia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil Ltda.

Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

1.2 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016:

1.2.1 Demonstração dos Resultados

a) Controladora

- (i) Perda de equivalência patrimonial relacionada ao investimento cindido na Eletropaulo no montante de R\$ 22.604 e R\$33.303 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente, composta da seguinte forma:
 - Perda de participação direta e indireta no investimento cindido de R\$ 11.350 e ganho de participação direta e indireta no investimento cindido R\$524 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 respectivamente, e
 - Perda de equivalência patrimonial de R\$ 11.287 e R\$33.859 referente à amortização do intangível de concessão da controlada AES Elpa sobre a Eletropaulo no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

Notas Explicativas

- (ii) Amortização de intangível de concessão relacionado ao investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 7.768 e R\$23.304 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

b) Consolidado

- (i) As receitas, custos e despesas originados pelo investimento cindido na Eletropaulo foram prejuízo no montante de R\$ 32.539 e lucro de R\$1.511, no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.
- (ii) Amortizações de intangível de concessão da controlada AES Elpa e da Companhia, relacionadas ao investimento cindido da Eletropaulo, no montante de R\$ 19.255 e R\$57.764 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(22.604)	(33.303)	(32.539)	1.511
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações	(7.768)	(23.304)	(19.255)	(57.764)
Total operação descontinuada	(30.372)	(56.607)	(51.794)	(56.253)
Atribuído a acionistas da controladora			(30.372)	(56.607)
Atribuído a acionistas não controladores ⁽ⁱ⁾			(21.422)	354

⁽ⁱ⁾Representa a parcela atribuída aos acionistas não controladores, sendo composta por: prejuízo de R\$ 21.189 e lucro de R\$987 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente, dos resultados do investimento cindido conforme demonstrado a seguir e pelo impacto negativo da amortização do intangível de concessão da controlada AES Elpa de R\$ 200 e R\$600 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

O resultado da operação da controlada cindida Eletropaulo, e seu impacto no resultado consolidado da Companhia no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 foram:

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
	Eletropaulo	Eletropaulo
Receita operacional Líquida	2.919.118	8.599.814
Total dos custos operacionais	(2.905.771)	(8.450.472)
Resultado do serviço (lucro bruto)	13.347	149.342
Resultado financeiro	(61.445)	(136.693)
Resultado antes dos tributos	(48.098)	12.649
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	15.559	(11.138)
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(32.539)	1.511
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(11.350)	524
Atribuído a acionistas não controladores	(21.189)	987

Notas Explicativas

1.2.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia destaca em linha específica o resultado líquido do investimento cindido.

a) Consolidado

	Consolidado
	30.09.2016
Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.349.961
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.283.602)
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(61.375)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	4.984

1.3 Dados sobre subsidiárias

Geração de energia

AES Uruguaiiana S.A – A Companhia detém o controle direto da Uruguaiiana, uma companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguaiiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A controlada Uruguaiiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A controlada Uruguaiiana foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEEE/96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a controlada Uruguaiiana responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina térmica movida a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termoelétrica com capacidade instalada bruta de 639,9 MW (megawatts), sendo duas turbinas a gás com capacidade de 187,65 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 264,60 MW.

Condições de operação da usina

Desde 2004, a controlada Uruguaiiana tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à controlada Uruguaiiana por parte desse fornecedor.

Para que pudesse honrar os compromissos contratuais com as distribuidoras de energia elétrica, a controlada Uruguaiiana foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem

Notas Explicativas

possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

A controlada Uruguaiana envidou esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos.

Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão sendo realizadas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal.

Durante os meses de fevereiro e março de 2013, março a maio de 2014 e fevereiro a maio de 2015 a Usina operou em caráter emergencial, autorizada pelo governo federal. A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema (ESS). O preço de venda por MWh da energia produzida foi homologado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis da controlada Uruguaiana.

Os planos da controlada Uruguaiana para equacionamento de suas operações no atual cenário estão focados em negociações acerca do Contrato de Importação de Gás com seu fornecedor, a YPF. A controlada Uruguaiana continua envidando esforços para buscar uma alternativa que viabilize a remuneração dos ativos da Usina.

A controlada Uruguaiana e a YPF formalizaram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite pela YPF da carta oferta da controlada Uruguaiana com o referido Contrato. A YPF se obriga a fornecer o Gás Natural, a ser importado pela controlada Uruguaiana, o qual não será pago, sendo somente transformado em energia elétrica. Após essa transformação, a energia elétrica resultante será entregue à YPF, prevendo que a controlada Uruguaiana deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, para que a controlada Uruguaiana venha efetivamente auferir receita oriunda do mesmo. A controlada Uruguaiana obteve autorização de carregamento de gás emitido pela Agência Nacional do Petróleo – ANP em 30 de janeiro de 2017 e autorização do MME – Ministério de Minas e Energia, para exercer atividade de importação de gás, a qual foi concedida através da Portaria MME nº. 277, publicada em 26 de julho de 2017. No entanto estão pendentes as seguintes condições precedentes (i) contrato de venda de energia elétrica entre a YPF e entidade argentina (ii) contratos de transporte e distribuição de gás e (iii) autorização do MME para exportação de energia. O contrato com a YPF compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerado.

Baseada nos eventos descritos acima, a controlada Uruguaiana concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional atuais, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

Prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica

AES Serviços TC Ltda. – A Companhia detém o controle direto da AES Serviços, que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

A receita da controlada AES Serviços é atribuída a três linhas de negócios:

- **Utilities** - serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, que em sua maioria são realizados com a Eletropaulo, dos quais vale destacar: (i) prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica; (ii) prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição; (iii) prestação de serviços de operação de atendimento de lojas, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações.
- **Transacionais** - serviços relacionados a fatura de energia elétrica, como venda de serviços, seguros e publicidade em fatura.

A controlada AES Serviços passou por uma reorganização de suas atividades operacionais, de forma que a linha de negócios de “*customer*”, relacionada a novos negócios de soluções integradas de energia foram alocados para uma nova sociedade denominada AES Tietê Integra Ltda, controlada pela AES Tietê Energia S.A., sociedade sob controle comum à Companhia a partir de abril de 2017. Os contratos firmados antes do referido período continuam sendo executados pela controlada AES Serviços.

As linhas de negócios de “*utilities*”, relacionados a serviços técnicos para geradoras e distribuidoras de energia, e “transacional”, relacionados à intermediação de serviços transacionais focados em cliente de distribuidora de energia elétrica, tais como venda de serviços, seguros e publicidade na fatura de energia elétrica, foram mantidas sob a responsabilidade da controlada AES Serviços.

Holding

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia divulgou ao mercado fato relevante, informando que estuda a possibilidade e conveniência de submeter à CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da controlada AES Elpa, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo, nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada AES Elpa. Os prazos, estrutura pretendida e outras informações relacionadas ao referido processo de cancelamento de registro serão informados uma vez confirmada a intenção de se prosseguir com o pedido.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 23 de outubro de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as à análise do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Continuidade operacional

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia adota políticas de gerenciamento de caixa com objetivo de minimizar o seu risco de liquidez. Contudo, como sua principal atividade é exercer o controle acionário de outras entidades, seu fluxo de caixa depende de dividendos recebidos de suas controladas. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

- Controlada AES Elpa

Devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa 1.1, a controlada AES Elpa deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Notas Explicativas

- Controlada Uruguaiana

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, a controlada Uruguaiana continua envidando esforços para buscar alternativas que viabilizem a remuneração dos ativos da Usina.

Em 2017, a controlada Uruguaiana celebrou contrato com a YPF, no qual a controlada será remunerada tanto pela disponibilidade quanto pela geração de energia elétrica por encomenda. O referido contrato possui condições precedentes, as quais quando satisfeitas, permitirá a controlada Uruguaiana auferir receita oriunda do mesmo.

Apresentação das informações contábeis intermediárias

Devido à reorganização societária apresentada na nota explicativa nº 1.1 e em atendimento ao CPC 36 (R3) – Informações Consolidadas, certas peças das informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas da seguinte forma:

- i) O resultado das operações em investimentos cindidos (ex-controlada) e itens relacionados aos mesmos, foram reclassificados para a rubrica “operações descontinuadas” no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

As informações consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.
- Apuração da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

Notas Explicativas

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro (prejuízo) líquido das controladas é apresentada como parte integrante do patrimônio líquido da Companhia. Na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apresentada após o lucro líquido do período.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		30.09.2017	31.12.2016
Participação direta:			
AES Elpa S.A. ("Elpa")	Holding	99,42	98,26
AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços")	Prestadora de serviços	100,00	100,00
AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana")	Geração	100,00	100,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Companhia e suas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

3 Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 4.1 a 4.13 divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Tipo de operação				
Numerário disponível	6	19	3.757	351
Operação compromissada (i)	-	14.213	-	26.595
Total	6	14.232	3.757	26.946
<u>Investimentos de curto prazo</u>	Controladora		Consolidado	
Tipo de operação	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CDB-DI (i)	28.780	15.812	169.363	32.440
Operação compromissada (i)	14.750	15.799	60.591	47.082
Total	43.530	31.611	229.954	79.522
Total geral	43.536	45.843	233.711	106.468

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em média, no caso da Companhia a 98,65% do CDI (95,34% em 31 de dezembro de 2016) e nas controladas variando de 97,58% a 98,55% do CDI (99,14% a 99,43% em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

5 Contas a receber - Clientes

A composição do saldo de contas a receber - Clientes é como segue:

	Consolidado		
	30.09.2017		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos mais de 90 dias	Total
<u>CIRCULANTE</u>			
Venda de energia no curto prazo (i)	513	-	513
Eficiência Energética	462	-	462
Seguros	884	-	884
Operações em subestações e manutenções	13	-	13
Total	1.872	-	1.872
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Energia no curto prazo - CCEE - Nota nº 15	-	33.121	33.121
Total	-	33.121	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.872	33.121	34.993

	Consolidado				
	31.12.2016				
	Saldos vincendos	Saldos vencidos mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido
<u>CIRCULANTE</u>					
Venda de energia no curto prazo (i)	2.967	-	2.967	-	2.967
Eficiência Energética	1.016	-	1.016	-	1.016
Seguros	2.405	-	2.405	-	2.405
Operações em subestações e manutenções	389	-	389	-	389
Penalidade por falha fornecimento gás (ii)	-	4.248	4.248	(4.248)	-
Total	6.777	4.248	11.025	(4.248)	6.777

- (i) O saldo refere-se aos custos adicionais de operação de caráter emergencial em 2014 (vide nota explicativa nº 1.3) pendentes de ressarcimento. Desde outubro de 2016 o saldo encontra-se em análise pelo órgão regulador. Em 30 de junho de 2017 a controlada Uruguaiana, efetuou um ajuste na estimativa no valor a receber, referente ao referido ressarcimento, no montante de R\$ 2.454. Quando da conclusão da análise pelo órgão regulador, o recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.
- (ii) O montante de R\$ 4.248 fez parte do acordo entre a controlada Uruguaiana e a YPF, em que as partes renunciaram a todos os direitos referentes ao requerimento de arbitragem, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.2 (d.2). Desta forma, tanto o valor a receber, quanto a respectiva provisão foram baixados.

Notas Explicativas

6 Tributos e contribuições sociais compensáveis

6.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	15	-
Imposto de renda	677	-
Imposto de renda retido na fonte	1.149	1.183
Total	1.841	1.183

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	9.494	1.781
Imposto de renda	28.063	6.495
Imposto de renda retido na fonte	4.833	4.134
Total	42.390	12.410

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis na Companhia, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e suas controladas, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.717/2017.

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2017, a controlada Uruguaiana efetuou recolhimentos por estimativa (antecipações) por ter apurado lucro real nos montantes de R\$ 24.777 de IRPJ e R\$ 665 de CSLL, e a controlada AES Serviços nos montantes de R\$ 838 de IRPJ e R\$ 300 de CSLL.

Notas Explicativas

6.2 Outros tributos compensáveis

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.257	402
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	6
COFINS	462	275
PIS	100	60
Outros	-	14
Total	1.819	757

7 Tributos e contribuições sociais diferidos

	Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	30.09.2016
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Tributos ativos:				
Provisão de benefício a empregados	425	721	(296)	56
Provisão para processos judiciais e outros	609	228	381	67
Atualização de depósito judicial	(6)	-	(6)	(1.192)
Provisão para materiais e serviços	242	448	(206)	(2)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	-	1.445	(1.445)	-
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (i)	-	30.576	(30.576)	-
Varição cambial (i)	-	(16.277)	16.277	-
Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa	4.664	19.896	(15.232)	3.079
Outras	16	21	(5)	(6)
Ativo fiscal diferido, líquido	5.950	37.058		
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos			(31.108)	2.002

- (i) Em janeiro de 2017 os ativos fiscais diferidos constituídos pela controlada Uruguaiana em dezembro de 2016 foram realizados devido ao resultado tributável gerado pelo acordo com a YPF (vide nota explicativa 14.2(d.2)). Em relação ao prejuízo fiscal e base negativa, vale ressaltar que a realização referente a controlada Uruguaiana foi de R\$ 15.069.

A despesa com imposto diferido da Companhia no montante de R\$ 262 e R\$ 741 no trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, referem-se à constituição de tributo diferido passivo sobre depósito judicial. Após reavaliação do reconhecimento do tributo diferido sobre atualização de depósito judicial, a Administração da Companhia decidiu reverter o saldo total em 31 de dezembro de 2016, pois considerou a análise combinada dos impactos referentes às provisões fiscais e a atualização dos depósitos judiciais.

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2017, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros da controlada AES Serviços.

Ressalta-se que essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões, portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e as controladas Uruguaiana e AES Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

Consolidado				
30.09.2017	Controladora	AES Elpa	AES Uruguaiana	Total
Prejuízo fiscal	437	15.777	368.916	385.130
Base negativa contribuição social	437	19.324	368.915	388.676
Diferenças temporárias ativas	24.433	13.137	347.110	384.679

Consolidado				
31.12.2016	Controladora	AES Elpa	AES Uruguaiana (i)	Total
Prejuízo fiscal	46	15.865	349.014	364.925
Base negativa contribuição social	46	19.412	349.013	368.471
Diferenças temporárias ativas	27.300	13.027	445.782	486.109

- (i) A Companhia alterou o critério de reconhecimento das variações cambiais para o ano calendário de 2017 do Regime de Caixa para o Regime de Competência, conforme permitido pelo art. 6º - IN 1079/2010. Pelo Regime de competência, a apuração dos tributos IRPJ/CSLL contempla os efeitos das variações reconhecidas na contabilidade nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidas ou pagas. Desta forma, a controlada Uruguaiana realizou a variação cambial no montante de R\$47.912 em dezembro de 2016, diminuindo o prejuízo fiscal e base negativa em R\$32.939.

8 Outros créditos

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Ressarcimento de manutenção (i)	21.085	21.085
Adiantamentos a empregados	119	135
Plano de previdência - Fundo de desligados	38	41
Outros	10	14
Total	21.252	21.275
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Direito do uso do gás (ii)	-	75.061
Subtotal	-	75.061
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (ii)	-	(75.061)
Total	-	-

- (i) O Ministério de Minas e Energia, através da portaria nº. 28 de 10 de fevereiro de 2015, estabeleceu que os custos de manutenção da unidade geradora a gás poderão ser recuperados por meio dos ESS (Encargo do Serviço do Sistema). Desta forma, a controlada Uruguaiana registrou um recebível em contrapartida a uma recuperação de custo em sua demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015, a controlada Uruguaiana protocolou seu pedido junto à ANEEL de ressarcimento dos referidos custos, os quais estão sujeitos à auditoria e

Notas Explicativas

aprovação por parte do órgão regulador. Em 26 de maio de 2017, a ANEEL, por meio de ofício, solicitou a realização de auditoria independente dos custos incorridos para a execução das atividades de manutenção para fins de ressarcimento. O trabalho da auditoria independente foi realizado durante o mês de setembro de 2017, e a controlada Uruguaiana aguarda o relatório final para envio a ANEEL. O recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.

- (ii) Em 06 de janeiro de 2017 foi aprovado o acordo entre a controlada Uruguaiana e a YPF (vide nota explicativa 14.2 (d.2)) para encerrar as discussões no âmbito da arbitragem, inclusive o direito do uso do gás. Com a efetivação formal do acordo entre as partes, o valor do ativo foi baixado junto com a respectiva provisão para provável valor de recuperação.

9 Investimentos

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
Participações societárias permanentes	163.967	54.407
Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	(755)	-
Total	163.212	54.407

Devido ao investimento na controlada AES Elpa estar negativo, os saldos foram reclassificados para o passivo na rubrica Provisão para patrimônio líquido negativo de controladas.

Composição dos investimentos	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Serviços	Total
Participação direta				
31.12.2016	98,26%	100,00%	100,00%	
30.09.2017	99,42%	100,00%	100,00%	
Quantidade de ações ordinárias / quotas - 31.12.2016	93.404.112	1.015.222.738	29.172	
Percentual de participação em ações ordinárias / quotas - 31.12.2016	98%	100%	100%	
Quantidade de ações ordinárias / quotas - 30.09.2017	93.404.112	1.015.222.738	29.172	
Percentual de participação em ações ordinárias / quotas - 30.09.2017	99,42%	100%	100%	
Valor do capital social				
31.12.2016	25.501	8.562	29.172	
30.09.2017	8.396	27.144	29.172	
Patrimônio Líquido				
31.12.2016	16.216	35.705	2.768	
% de participação	98,26%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento	15.934	35.705	2.768	54.407
Patrimônio Líquido				
30.09.2017	(759)	161.715	2.252	
% de participação	99,42%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento	(755)	161.715	2.252	163.212
Resultado do período de nove meses findo				
30.09.2017				
Lucro (prejuízo) líquido das controladas no período de nove meses findo	130	126.009	(515)	125.624

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital da controlada Uruguaiana no montante de R\$ 18.582, sem emissão de ações. O referido aumento de capital não alterou o percentual de participação da Companhia.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017 foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo mantido o mesmo número de ações para todos os acionistas. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada – Vide nota explicativa nº 18.3 (iii).

Movimentação dos investimentos	AES Elpa	AES Uruguiana	AES Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.934	35.706	2.767	54.407
Resultado de equivalência patrimonial	129	126.009	(515)	125.623
Alteração de participação societária na controlada Elpa	(11)	-	-	(11)
Recompra de ações - direito de retirada da controlada Elpa	(16.807)	-	-	(16.807)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(755)	161.715	2.252	163.212

10 Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Descrição	Taxa média anual de depreciação (%)	Consolidado	
		30.09.2017	31.12.2016
Em Serviço			
Custo histórico			
Terrenos		380	380
Termoelétrica		583.277	583.277
Peças sobressalentes (i)		154.868	154.868
Materiais em depósito		14.790	14.790
Máquinas e equipamentos		124	124
Veículos		11.678	9.749
Móveis e utensílios		8.727	8.727
Arrendamento financeiro		2.271	1.873
Total custo histórico		776.115	773.788
Depreciação			
Termoelétrica	3,2	(389.502)	(371.669)
Peças sobressalentes (i)	-	(21.651)	(21.651)
Máquinas e equipamentos	-	(124)	(124)
Veículos	14,3	(2.635)	(1.434)
Móveis e utensílios	6,3	(8.104)	(7.974)
Arrendamento financeiro (ii)	25,0	(1.807)	(1.538)
Total depreciação		(423.823)	(404.390)
Total em Serviço		352.292	369.398
Imobilizado em curso		295	2.145
Total imobilizado		352.587	371.543
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (iii)		(342.886)	(360.845)
Imobilizado, líquido da provisão		9.701	10.698

- (i) Representam o estoque de manutenção de peças estratégicas das turbinas a gás, necessário devido ao longo período de reparo destas peças, evitando riscos de paralisação das operações das turbinas, no caso de operação normal da Usina. A controlada Uruguiana paralisou a depreciação desses itens em consequência de a mesma ocorrer em função das horas de uso e de estarem integralmente provisionadas.

Notas Explicativas

- (ii) O bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.
- (iii) O imobilizado da controlada Uruguaiana encontra-se integralmente provisionado (provisão para redução ao provável valor de realização de ativos) conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, é demonstrada abaixo:

	Consolidado										
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressaleantes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso	Depreciação	Total líquido consolidado
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2016</u>	380	583.277	154.868	14.790	124	9.749	8.727	1.873	2.145	(404.390)	371.543
Adições	-	-	-	-	-	-	-	436	141	(19.522)	(18.945)
Transferências	-	-	-	-	-	1.991	-	-	(1.991)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(62)	-	(38)	-	89	(11)
Total imobilizado em 30 de setembro de 2017	380	583.277	154.868	14.790	124	11.678	8.727	2.271	295	(423.823)	352.587
(-) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(285)	(583.277)	(154.868)	(14.790)	-	(266)	(8.527)	-	(295)	419.422	(342.886)
Total imobilizado, líquido da provisão em 30 de setembro de 2017	95	-	-	-	124	11.412	200	2.271	-	(4.401)	9.701

Notas Explicativas

11 Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				
Transações no mercado de curto prazo	-	-	376	373
Materiais e Serviços	453	3.854	4.432	8.531
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 24.1	1	1	115	900
Total	454	3.855	4.923	9.804
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE - nota 14.2 (d.1)	-	-	70.887	70.887
Total	-	-	70.887	70.887
Total Geral	454	3.855	75.810	80.691

12 Tributos a pagar

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Federais		
Imposto de renda	14.522	19
Contribuição Social	5.247	8
Total	19.769	27

12.2 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				
Federais				
PIS	-	-	81	212
COFINS	-	-	374	977
IRRF	1	20	7	31
FGTS	-	-	136	215
INSS	4	-	357	350
Outros	2	57	32	96
	7	77	987	1.881
Estaduais				
ICMS	-	-	9	1
	-	-	9	1
Municipais				
ISS	-	-	37	145
	-	-	37	145
Total	7	77	1.033	2.027

Notas Explicativas

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento	93	191
Férias	2.212	2.111
Provisão - 13º salário	1.143	-
Participação nos lucros e resultados	1.383	2.437
Encargos sociais sobre férias e gratificações	1.213	763
Bônus (i)	271	335
Total	6.315	5.837
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus (i)	60	64
Total	60	64

- (i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pelas controladas Uruguaiana e AES Serviços por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

14 Provisões para processos judiciais e outros

14.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fiscal				
Pis / Cofins - JSCP (a.1)	39.019	37.188	39.019	37.188
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	2.092	1.705	2.092	1.688
Fiscal	41.111	38.893	41.111	38.876
Não Circulante				
Total	41.111	38.893		

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fiscal (a)				
Pis / Cofins - JSCP (a.1)	61.640	58.754	61.640	58.755
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	3.773	2.539	3.724	2.494
Trabalhista (b)	1.367	732	663	403
Outras provisões	1.949	-	-	3
Total	68.729	62.025	66.027	61.655
Circulante	2.210	156		
Não Circulante	66.519	61.869		
Total	68.729	62.025		

O total de cauções de depósitos vinculados existentes em 30 de setembro de 2017 estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado:

	Controladora		Consolidado	
	Cauções e Depósitos Vinculados		Cauções e Depósitos Vinculados	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Processos prováveis	41.111	38.876	66.027	61.655
Processos possíveis	12	-	917	869
Processos remotos	548	520	728	697
Total	41.671	39.396	67.672	63.221

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora			
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Saldo final 30.09.2017
Fiscal				
Pis / Cofins - JSCP (a.1)	37.188	-	1.831	39.019
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	1.705	256	131	2.092
Total	38.893	256	1.962	41.111

	Consolidado					
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2017
Fiscal						
Pis / Cofins - JSCP (a.1)	58.754	-	2.886	-	-	61.640
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a.2)	2.539	1.017	217	-	-	3.773
Trabalhista	732	941	156	(413)	(49)	1.367
Outras provisões	-	2.898	255	-	(1.204)	1.949
Total	62.025	4.856	3.514	(413)	(1.253)	68.729

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

Notas Explicativas

(a) Fiscal

- (a.1) **PIS/COFINS:** A Companhia e sua controlada AES Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. Para a ambas as Companhias, foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Atualmente, aguarda-se julgamento no STJ e STF. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos serão concluídos em 2019.
- (a.2) **PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia e suas controladas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, as controladas vêm efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.
- (b) **Trabalhista:** Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 30 de setembro de 2017 é de R\$1.367 (R\$732 em 31 de dezembro de 2016), correspondente à demanda de 23 processos prováveis em 30 de setembro de 2017 (15 processos em 31 de dezembro de 2016). A Administração das controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos entre 2017 e 2020.

14.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Notas	Descrição da Contingência	Companhia	
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		30.09.2017	31.12.2016
(a)	Fiscal		
(a.1)	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal	543.689	520.849
(a.2)	Compensações Administrativas – Saldos Negativos de IRPJ e CSLL	63.311	61.152
(a.3)	Compensações Administrativas – Créditos de IRRF	28.578	27.619
(b)	Cível		
(b.1)	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa (Companhia e controlada Elpa)	Não determinado	Não determinado

Notas	Descrição da Contingência	Controlada	
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
		30.09.2017	31.12.2016
<u>CONTROLADA URUGUAIANA</u>			
(c)	Fiscal		
(c.1)	PIS/COFINS sobre receita de exportação	25.599	24.742
(c.2)	Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL	21.995	21.181
(c.3)	Auto de Infração - Multa Isolada	1.588	1.528
(d)	Cível		
(d.1)	Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE	79.120	75.515
(d.2)	Requerimento de arbitragem	Processo encerrado com acordo entre as partes	Não determinado

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$543.689 atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$520.849 em 31 de dezembro de 2016) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em primeira instância. Em segunda instância, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou com Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em que pese a decisão administrativa desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

(a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ

Notas Explicativas

e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$63.311 atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$61.152 em 31 de dezembro de 2016).

(a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Créditos de IRRF – Em junho de 2010 a Companhia apresentou recurso administrativo em face da decisão da Receita Federal de 1ª instância que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no valor de R\$ 28.578 atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$27.619 em 31 de dezembro de 2016), existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – IRRF feitas pela Eletropaulo. Até o momento, aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Companhia perante a 2ª Instância Administrativa.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão, excluindo-se a Companhia do polo passivo da demanda, como também fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009 sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos

Notas Explicativas

retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Atualmente aguarda-se o julgamento do referido recurso.

Por outro lado, com relação ao andamento do processo em primeiro grau, como o recurso especial não possui o efeito suspensivo, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Em 30 de maio de 2017, foi determinado pelo Juízo de primeira instância a intimação de pessoas físicas que haviam sido excluídas do polo passivo e readmitidas após julgamento de recurso do Ministério Público. Aguarda-se julgamento da ação em primeira instância.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(c) Fiscal

(c.1) Pis/Cofins sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguaiana no valor de R\$25.599 atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$24.742 em 31 de dezembro de 2016) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à controlada Uruguaiana pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015, a controlada Uruguaiana impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1º instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiana, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável a controlada Uruguaiana. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a controlada Uruguaiana recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a controlada Uruguaiana já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão

Notas Explicativas

do Mandado de Segurança, a controlada Uruguaiana possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

(c.2) Compensações Administrativas – Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL

A controlada Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que somam o valor de R\$21.955, atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$21.181 em 31 de dezembro de 2016). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Em julho de 2016, a controlada Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Considerando que em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016 os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016 a controlada Uruguaiana apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a controlada Uruguaiana entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa, continua possível.

(c.3) Auto de Infração – Multa Isolada

Em março de 2010, a controlada Uruguaiana, foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal visa a cobrança de R\$1.588, atualizado até 30 de setembro de 2017 (R\$1.528 em 31 de dezembro de 2016), a título de multa isolada de 50% sobre as estimativas mensais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) relativas ao ano-calendário de 2005. Foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiana. Em março de 2011, foi interposto recurso voluntário contra essa decisão. Em janeiro de 2013, foi proferida decisão negando provimento ao recurso voluntário, dando ensejo à interposição de Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.

(d) Cível

(d.1) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

Notas Explicativas

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguaiana, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação pela ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguaiana, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da controlada Uruguaiana, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Uruguaiana, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a controlada Uruguaiana apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, foi apreciada a apelação da ONS e CCEE pelo TRF 1, ocasião em que foi considerado prejudicado o julgamento da cautelar e, conseqüentemente extinta a ação cautelar. A controlada Uruguaiana opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal.

Em 25 de julho de 2017, foi proferida decisão favorável à controlada Uruguaiana, a qual concedeu a tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos seus embargos de declaração.

Em 18 de agosto de 2017, a ANEEL apresentou recurso (agravo regimental), contra a decisão favorável à controlada Uruguaiana que suspendeu a Contabilização Especial / Liquidação prevista pela CCEE. Ainda não houve manifestação do Tribunal sobre o pedido da ANEEL. Além do julgamento do Agravo Regimental, aguarda-se também o julgamento do mérito do recurso da controlada Uruguaiana (embargos de declaração) na Ação Principal, bem como na Ação Cautelar.

Considerando os sólidos argumentos suscitados em ambos embargos de declaração, a demonstrar tanto a presença dos requisitos para a manutenção da liminar como as razões para reversão do acórdão, o escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível até decisão a ser proferida quanto aos referidos recursos.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Uruguaiana terá que desembolsar o valor estimado de R\$79.120 (R\$75.515 em 31 de dezembro de 2016), sendo que há provisão no valor de R\$37.766 (R\$37.766 em 31 de dezembro de 2016). Esta provisão é composta de passivo não circulante no montante de R\$ 70.887, e ativo não circulante no montante de R\$ 33.121, conforme nota explicativa nº 15.

Notas Explicativas

(d.2) Requerimento de arbitragem

Em 26 de março de 2009, a controlada Uruguaiana apresentou requerimento de arbitragem perante a ICC, contra a YPF empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguaiana, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguaiana e a Sulgás.

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguaiana e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comercio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguaiana e a empresa Sulgás rescindiriam unilateralmente e ilegalmente o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e por conta de tal rescisão, seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes.

Em maio de 2013 foi proferida decisão arbitral favorável a controlada Uruguaiana. Em junho de 2013 a YPF questionou judicialmente a decisão arbitral proferida em maio.

Em 29 de julho de 2013, o Tribunal Arbitral decidiu pela suspensão do procedimento de arbitragem até o dia 30 de setembro de 2013.

Em agosto de 2013, a controlada Uruguaiana apresentou ao Tribunal Arbitral pedido de reconsideração da decisão que determinou a suspensão da arbitragem, assim como iniciou ação judicial no Uruguai para anular essa decisão e obter assim o reconhecimento de que eventual pedido de anulação da sentença arbitral deveria ter sido apresentado perante o Poder Judiciário Uruguaio.

Em 17 de outubro de 2013, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão e retomou a arbitragem. O Tribunal Arbitral divulgou, em 10 de dezembro de 2013, o calendário processual final a ser seguido para a segunda fase da arbitragem, com início em janeiro de 2014, para que a controlada Uruguaiana, Sulgás e TGM apresentassem seus pedidos de indenização contra a YPF, o que foi feito pela controlada Uruguaiana, Sulgás e TGM em 10 de janeiro de 2014.

As audiências para essa fase foram marcadas para novembro de 2014. Em outubro de 2014, a YPF obteve liminar na Justiça Argentina determinando a suspensão da Arbitragem.

O Tribunal Arbitral, informado da decisão, pediu que as partes se manifestassem, o que foi feito em 15 de outubro de 2014. Em 28 de outubro de 2014, devido ao não adiamento das audiências, a YPF informou a Justiça Argentina sobre a decisão do Tribunal Arbitral, que emitiu uma ordem judicial alertando as partes sobre possíveis sanções penais e econômicas para as partes que violarem a ordem de suspensão da Arbitragem.

Em 31 de outubro de 2014, o processo arbitral foi suspenso até 02 de fevereiro de 2015. A controlada Uruguaiana já havia obtido, em outras oportunidades, a seu favor, duas decisões no Uruguai (em julho e agosto de 2014) afirmando que a (i) jurisdição daquele país seria a única

Notas Explicativas

competente para rever as decisões do Tribunal Arbitral, (ii) que o Tribunal Arbitral deveria desconsiderar ações judiciais fora do Uruguai que discutam assuntos relacionados à arbitragem, e (iii) que a YPF deveria paralisar ações judiciais (e não iniciar novas ações) iniciadas na Argentina discutindo a validade da sentença arbitral.

Em 24 de abril de 2015, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão do procedimento para consultar as partes quanto à continuação da Arbitragem, especialmente com relação à determinação de datas para audiência em que serão apurados os danos e sua extensão.

Em 10 de junho de 2015, o Tribunal propôs duas datas para realização de audiência para apuração dos danos: 19 e 20 de agosto de 2015 ou 6 e 7 de janeiro de 2016. Em 12 de junho de 2015, a controlada Uruguaiana e a Sulgás manifestaram ao Tribunal Arbitral sua disponibilidade e interesse na realização da audiência para apuração dos danos em 19 e 20 de agosto de 2015.

Em 02 de julho de 2015, o Tribunal Arbitral determinou que as audiências para apuração dos danos fossem realizadas em 16 e 17 de novembro de 2015.

Em 17 de julho de 2015, na ação anulatória do Laudo Arbitral de Mérito (*Partial Award*) movida pela YPF na Justiça Argentina, a Suprema Corte Argentina (SCA), a partir de recurso da TGM, solicitou à Corte Administrativa de 2ª instância Argentina (CAA), que lhe fosse remetido o processo para analisar (i) se a Justiça Argentina é competente em relação à controlada Uruguai para julgar ação anulatória do Award e (ii) pedido de revogação da liminar que determinou a suspensão da arbitragem.

Em 19 de julho de 2015, a Corte Administrativa Argentina de 1ª instância revogou a citação da YPF feita em carta rogatória na ação anulatória iniciada pela controlada Uruguaiana, no Uruguai. A Corte Argentina entende que tem jurisdição internacional no caso, alegando que contratos de exportação de gás são matéria de ordem pública que deve ser julgada pelas Cortes Argentinas. A controlada Uruguaiana apresentou recurso contra a decisão.

Em 16 e 17 de novembro de 2015, embora os advogados da YPF e da TGM não tenham comparecido, foram realizadas as audiências para apuração dos danos, nas quais foram ouvidos os assistentes técnicos especialistas tanto da controlada Uruguaiana quanto da YPF e da TGM. Em 18 de dezembro de 2015, as partes apresentaram suas alegações finais.

Em 28 de dezembro de 2015, a Corte Administrativa Argentina de 2ª instância decidiu pela nulidade do Laudo Arbitral de Mérito (*Partial Award*). Em 1º de fevereiro de 2016, a controlada Uruguaiana interpôs recurso (incidente) para anulação da decisão da Corte Administrativa Argentina de 2ª Instância. Em 23 de fevereiro de 2016, a Corte Administrativa rejeitou o recurso (incidente) apresentado pela controlada Uruguaiana. Contra a decisão a controlada Uruguaiana apresentou Recurso Extraordinário à Suprema Corte Argentina.

Em 26 de abril de 2016 o Tribunal Arbitral emitiu o Laudo Final sobre os danos, determinando que a YPF pagasse à controlada Uruguaiana o valor de US\$ 221.528. Nesta mesma data, a Corte Administrativa de Recursos Argentina - antes de divulgada a decisão final na arbitragem - ordenou que o Tribunal Arbitral não emitisse a decisão final, afirmando que, caso o fizesse a decisão seria nula, bem como alertou o Tribunal de Arbitragem, as partes e os advogados que os mesmos podem sofrer penalidades.

Notas Explicativas

Em 02 de maio de 2016 a YPF apresentou pedido de anulação do Laudo Final perante o Tribunal Arbitral, solicitando que este pedido fosse remetido pelo Tribunal Arbitral à Corte Administrativa Argentina.

Em 04 de maio de 2016, considerando as decisões contraditórias proferidas pelo Tribunal Uruguaio e o Argentino sobre o juízo competente para processar e julgar questões envolvendo a arbitragem, o Tribunal Arbitral decidiu não emitir resposta ao pedido da YPF.

Em 04 de maio de 2016, a controlada Uruguaiana apresentou recurso à Suprema Corte de Justiça Argentina contra a decisão da Corte Administrativa de Recursos Argentina que havia anulado o Laudo Arbitral de Mérito (*Partial Award*).

Em 05 de maio de 2016 a controlada Uruguaiana ajuizou ação na Justiça Americana (Nova Iorque) visando a confirmação e execução dos Laudos Arbitrais. Esta ação encontra-se atualmente em fase de citação da YPF na Argentina.

Em 09 de maio de 2016 a YPF apresentou uma cópia do Laudo Final na Corte Administrativa Argentina, requerendo as seguintes medidas contra as partes: (i) determinação de impedimento de iniciar ou continuar a execução da decisão proferida na arbitragem em qualquer jurisdição; e (ii) aplicação de sanções econômicas. A controlada Uruguaiana foi notificada deste pedido em 15 de setembro de 2016 e apresentou sua resposta na sequência, contestando a competência da justiça para julgar a ação, alegando que esta não possui jurisdição em matérias discutidas fora do país, como a presente arbitragem, não podendo, portanto, impor quaisquer sanções às partes.

Em 30 de dezembro de 2016, as partes chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento de US\$ 60.000 (R\$ 190.164, já líquidos de IOF no montante de R\$ 726) à controlada Uruguaiana para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem. O referido acordo foi aprovado pela Diretoria Executiva da YPF em 06 de janeiro de 2017 e os valores transferidos para a controlada Uruguaiana em 10 de janeiro de 2017.

O Acordo previu que somente quando do recebimento do valor pela controlada Uruguaiana, as discussões abrangidas na Arbitragem seriam então encerradas, o que ocorreu no dia 10 de janeiro com a transferência do valor com êxito.

Em razão do acordo, as partes renunciaram a todos os direitos referentes à arbitragem e desistiram das ações judiciais relacionadas, com exceção da ação anulatória do laudo arbitral movida pela YPF na Argentina. Isto porque o laudo arbitral que a YPF busca anular, além de ter estabelecido obrigação da YPF de indenizar a controlada Uruguaiana, também determinou condenação da YPF em indenizar a TGM, com quem a YPF ainda não chegou a um acordo para encerrar as discussões.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada Uruguaiana contrataram seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Notas Explicativas

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Companhia ⁽ⁱ⁾			
Fiscal	2	507.372	0,40% a 0,54%
Controlada Uruguaiana ⁽ⁱⁱ⁾			
Fiscal	4	133.387	0,80% a 1,00%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$505.558; e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$1.814.

(ii) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) PIS/COFINS sobre receita de exportação no montante de R\$22.404; (b) Compensações Administrativas – Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$5.983, e (c) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE no montante de R\$105.000.

15 Compra e venda de energia de curto prazo - CCEE

Os saldos apresentados a seguir são decorrentes de transações da controlada Uruguaiana ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002. Essas transações poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela controlada Uruguaiana (vide nota explicativa nº 14.2 (d.1)) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.

	30.09.2017	31.12.2016
Descrição		
Contas a receber por venda de energia - CCEE (ativo)		
Ativo não circulante	33.121	33.121
Contas a pagar por compra de energia - CCEE (passivo)		
Passivo não circulante	(70.887)	(70.887)
Líquido a pagar	(37.766)	(37.766)
Transações		
CCEE - período de dezembro de 2000 a março de 2002		
Contas a receber por venda de energia	7.835	7.835
Contas a receber – encargos de serviço do sistema	25.286	25.286
Contas a pagar por compra de energia	(70.808)	(70.808)
Valores registrados com base na estimativa elaborada pela administração	(79)	(79)
Total das transações	(37.766)	(37.766)

Notas Explicativas**16 Receita diferida**

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	1.311	1.773
Subtotal	1.311	1.773
NÃO CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	7.977	12.017
Subtotal	7.977	12.017
Total	9.288	13.790

Em 14 de novembro de 2014, a controlada AES Serviços assinou o contrato de estruturação de modelo de negócios com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., denominada “Metlife”.

O contrato é de exclusividade por um período de 10 anos e consiste na idealização, estruturação e implementação pela controlada AES Serviços, do modelo de negócio para a oferta e venda de produtos securitários a clientes que residem na área de concessão de distribuidoras de energia elétrica.

Pela exclusividade, a controlada AES Serviços diferiu parte do valor recebido antecipadamente, o qual está sendo reconhecido no resultado, linearmente, pelo prazo de vigência do contrato.

Em 31 de agosto de 2017, a controlada AES Serviços, efetuou devolução de R\$ 3.244 em razão do distrato contratual com a Metlife. A devolução do referido montante é decorrente do valor recebido antecipadamente – Vide nota explicativa nº 24.1 (i).

Cartas de fiança e seguros garantia

A controlada AES Serviços possui carta fiança no valor de R\$17.793 para assegurar o contrato de estruturação de modelo de negócios com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., ao custo de 4,00% a.a., com vencimento em fevereiro de 2019, junto ao Banco Safra e tem como beneficiária a Metlife. O diferimento é trimestral e o pagamento é feito de forma antecipada, sendo o impacto na conta de “Outras despesas financeiras” no resultado e em “Despesas antecipadas” no ativo.

17 Repasse de seguro – conta de energia

	30.09.2017	31.12.2016
<u>CIRCULANTE</u>		
Repasse de seguro - conta de energia	-	4.986
Total	-	4.986

Notas Explicativas

Refere-se ao contrato de acordo de cooperação para oferta de produtos securitários, arrecadação de prêmios de seguros e outras avenças, tendo como objeto (i) a divulgação e oferta pela controlada AES Serviços e Metlife, dos seguros aos clientes; (ii) a contratação pela controlada AES Serviços, na qualidade de estipulante, e pela Metlife (seguradora), das apólices coletivas de seguros (iii) a arrecadação dos prêmios correspondentes pela controlada AES Serviços junto aos segurados na respectiva fatura de energia dos segurados, e (iv) o repasse dos valores arrecadados à Metlife.

A partir de 2017, os valores arrecadados pela Eletropaulo passaram a ser repassados diretamente a Metlife. Anteriormente, os seguros eram recebidos pela Eletropaulo e poderiam ser repassados à controlada AES Serviços ou diretamente à Metlife. Quando os valores eram primeiramente repassados para a controlada AES Serviços, a mesma por sua vez repassava os valores para a Metlife.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$42.480 (R\$42.480 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

18.2 Composição acionária

	30.09.2017		31.12.2016	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	-	6	-
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

Notas Explicativas

18.3 Reservas

	30.09.2017	31.12.2016
<u>Reservas de capital:</u>		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.807)	-
Total	(13.158)	3.649
<u>Reservas de lucros:</u>		
Reserva legal	1.386	1.386
Reserva estatutária	13.223	13.223
Reserva de lucros a realizar	6.611	6.611
Subtotal	21.220	21.220

- (i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2016.
- (ii) Em 13 de junho de 2006, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul (“Opção”) de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AES Holdings Brasil e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.
- (iii) Devido a reorganização societária ocorrida em 30 de dezembro de 2016 (vide nota 1.1), foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017 foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais

Notas Explicativas

representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo mantido o mesmo número de ações para todos os acionistas. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$16.807. A Companhia entende que esta operação é um ágio em transações de capital, e por não haver opção mais apropriada para apresentação do referido valor no Sistema “Empresas.Net, no “Balanço Patrimonial Passivo” e “Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido”, está classificando a operação como reserva de capital.

19 Resultado por ação

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Numerador:				
Resultado líquido de operações continuadas	1.355	128.043	(3.724)	(14.671)
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	-	(30.372)	(56.607)
Resultado líquido do período	1.355	128.043	(34.096)	(71.278)
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308	42.308	42.308
Resultado por ação				
Das operações continuadas				
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,00246	0,23281	(0,00677)	(0,02667)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,00246	0,23281	(0,00677)	(0,02667)
Das operações descontinuadas				
Resultado básico e diluído por ação ordinária	-	-	(0,05522)	(0,10292)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	-	-	(0,05522)	(0,10292)
Do resultado líquido do período				
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,00246	0,23281	(0,06199)	(0,12960)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,00246	0,23281	(0,06199)	(0,12960)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

Notas Explicativas

20 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Serviços prestados a partes relacionadas - nota nº 24.1	17.280	56.084	12.520	31.153
Mercado de curto prazo - CCEE - nota nº 5 (i)	-	(2.454)	-	193
Eficiência energética	1.260	3.215	-	-
Seguros	1.743	5.579	949	2.791
Operações em subestações e manutenções	160	822	3.346	5.880
Receita operacional bruta	20.443	63.246	16.815	40.017
PIS	(331)	(1.013)	(276)	(659)
COFINS	(1.523)	(4.661)	(1.278)	(3.042)
ISS	(710)	(1.920)	(440)	(1.156)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	(2)
Receita operacional líquida	17.879	55.652	14.821	35.158

21 Outras despesas operacionais

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Aluguéis - partes relacionadas - nota nº 24.1	(1)	(3)	(2)	(4)	(35)	(124)	(53)	(1.889)
Acordo YPF - nota 14.2 (d.2)	-	-	-	-	-	190.890	-	-
Seguros	(7)	(22)	(8)	(30)	(275)	(825)	(289)	(858)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	(489)	(1.469)	(315)	(446)
Ganho/perda na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	9	-	(57)
Tributos	-	-	-	(1)	(25)	(92)	(35)	(74)
Multas de trânsito	-	-	-	-	(205)	(205)	-	-
Taxas diversas	(11)	(66)	-	(42)	(43)	(327)	(28)	(306)
Outras	-	-	1	-	21	26	9	23
Total	(19)	(91)	(9)	(77)	(1.051)	187.883	(711)	(3.607)

22 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Receitas Financeiras								
Renda de aplicações financeiras	968	3.462	1.494	4.109	5.180	18.369	3.537	10.845
Atualização de créditos tributários	15	51	-	-	68	336	442	698
Atualização de depósitos judiciais	582	1.987	832	2.387	929	3.154	1.304	3.730
PIS e COFINS sobre receita financeira	(73)	(256)	(108)	(302)	(288)	(1.017)	(247)	(711)
Outras	-	-	-	-	-	-	7	7
Total	1.492	5.244	2.218	6.194	5.889	20.842	5.043	14.569
Despesas Financeiras								
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	-	-	(22)	(87)	(39)	(83)
Atualização monetária de P&D	-	-	-	-	(161)	(398)	(154)	(451)
Descontos de duplicatas	-	-	-	-	(166)	(475)	(120)	(178)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(1)	(1)	-	(30)	(22)	(197)	(47)	(151)
Cartas de fiança e seguros garantia	(508)	(1.526)	(506)	(506)	(860)	(2.401)	(620)	(890)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	-	32	-	(6)	(18)	(849)	(23)	(122)
Atualização monetária de processos judiciais	(575)	(1.962)	(820)	(2.347)	(734)	(3.514)	(1.317)	(3.724)
Distrato contratual - Metlife - nota nº 24.1 (i)	-	-	-	-	-	(616)	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	1	-	(1)	(29)	(3)	(7)
Total	(1.084)	(3.457)	(1.325)	(2.889)	(1.984)	(8.566)	(2.323)	(5.606)
Variações Cambiais, líquidas								
Varição cambial sobre fornecimento de gás	-	-	-	-	-	-	838	(15.168)
Variações cambiais sobre depósitos judiciais	-	-	-	-	(37)	(24)	18	(135)
Outras	-	-	-	-	5	(49)	(10)	(11)
Total	-	-	-	-	(32)	(73)	846	(15.314)
Total resultado financeiro	408	1.787	893	3.305	3.873	12.203	3.566	(6.351)

Notas Explicativas

23 Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre	Controladora				Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017		01.07.2016 a 30.09.2016		01.07.2017 a 30.09.2017		01.07.2016 a 30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	-	-	1.014	358	(43)	(22)
Diferidos	-	-	(193)	(69)	(119)	(42)	189	68
Total	-	-	(193)	(69)	895	316	146	46
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	1.355	1.355	(3.462)	(3.462)	144	144	(3.913)	(3.913)
Adições (exclusões):								
Varição cambial do período	-	-	-	-	-	-	(856)	(856)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(14)	(14)	(9)	(9)
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	-	-	-	-	(5.985)	(5.985)	(5.163)	(5.163)
Provisões trabalhistas	-	-	-	-	3	3	5	5
Provisões fiscais	39	39	154	154	274	274	309	309
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	-	-	-	-	741	741	2.192	2.192
Resultado de equivalência patrimonial	(1.110)	(1.110)	3.890	3.890	-	-	-	-
Fornecedores - Provisão materiais e serviços	-	-	-	-	(51)	(51)	-	-
Reversão de provisão	(152)	(152)	(407)	(407)	(152)	(152)	(407)	(407)
Outros	-	-	-	-	1.509	1.528	7.259	7.326
Total das adições (exclusões)	(1.223)	(1.223)	3.637	3.637	(3.675)	(3.656)	3.330	3.397
Resultado ajustado	132	132	175	175	(3.531)	(3.512)	(583)	(516)
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo	132	132	175	175	(3.531)	(3.512)	(583)	(516)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	-	-	-	-	883	316	146	46
Incentivos	-	-	-	-	12	-	-	-
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial (i)	-	-	(193)	(69)	-	-	-	-
Reversão Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da receita (despesa) com tributos	-	-	(193)	(69)	895	316	146	46
Alíquota efetiva	-	-	-5,6%	-2,0%	-621,5%	-219,4%	3,7%	1,2%

No período de nove meses	Controladora				Consolidado			
	01.01.2017 a 30.09.2017		01.01.2016 a 30.09.2016		01.01.2017 a 30.09.2017		01.01.2016 a 30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	-	-	-	-	(14.522)	(5.247)	(50)	(26)
Diferidos	-	-	(545)	(196)	(22.874)	(8.234)	1.472	530
Total	-	-	(545)	(196)	(37.396)	(13.481)	1.422	504
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	128.043	128.043	(13.930)	(13.930)	178.921	178.921	(16.601)	(16.601)
Adições (exclusões):								
Varição cambial do período	-	-	-	-	-	-	15.288	15.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(4.288)	(4.288)	(24)	(24)
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	-	-	-	-	(93.019)	(93.019)	(33.238)	(33.238)
Provisões trabalhistas	-	-	-	-	10	10	56	56
Provisões fiscais	204	204	469	469	1.008	1.008	875	875
Outras provisões	-	-	-	-	1.473	1.473	-	-
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	-	-	-	-	2.284	2.284	2.192	2.192
Resultado de equivalência patrimonial	(125.623)	(125.623)	15.929	15.929	-	-	-	-
Fornecedores - Provisão materiais e serviços	-	-	-	-	(224)	(224)	-	-
Provisão para participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	-	-	-	-	(193)	(193)	-	-
Reversão de provisão	(3.071)	(3.071)	(3.987)	(3.987)	(3.071)	(3.071)	(3.987)	(3.987)
Outros	-	-	-	-	703	771	27.455	27.533
Total das adições (exclusões)	(128.490)	(128.490)	12.411	12.411	(95.317)	(95.249)	8.617	8.695
Resultado ajustado	(447)	(447)	(1.519)	(1.519)	83.604	83.672	(7.984)	(7.906)
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	-	(24.506)	(24.506)	-	-
Base de cálculo	(447)	(447)	(1.519)	(1.519)	59.098	59.166	(7.984)	(7.906)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	-	-	-	-	(14.775)	(5.325)	1.996	712
Incentivos	-	-	-	-	36	-	-	-
Reversão de tributos diferidos sobre outras diferenças temporárias	-	-	-	-	(11.577)	(4.167)	-	-
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial (i)	-	-	(545)	(196)	-	-	(566)	(204)
Reversão Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL	-	-	-	-	(11.080)	(3.989)	(8)	(4)
Total da receita (despesa) com tributos	-	-	(545)	(196)	(37.396)	(13.481)	1.422	504
Alíquota efetiva	-	-	-3,9%	-1,4%	20,9%	7,5%	8,6%	3,0%

Notas Explicativas

- (i) A Companhia apurou nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar. Contudo a Companhia efetuou o registro dos impostos diferidos passivos nos montantes de R\$545 e R\$196, respectivamente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (vide nota explicativa nº7).

24 Partes relacionadas

24.1 Transações com partes relacionadas

Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Controladora						
				Ativo		Receita				
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	
Dividendos	AES Uniguaiara Empreendimentos S.A. AES Elpa S.A.	Controlada direta Controlada direta	Não aplicável	15.432 11.889	15.432 11.889	-	-	-	-	-
Dividendos a receber:				27.321	27.321	-	-	-	-	-

Natureza da transação	Partes relacionadas	Total estimado	Vigência	Consolidado					
				Ativo		Receita			
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Substituição de postes	AES Serviços TC Ltda.	RS 14.754	Janeiro de 2014 até dezembro de 2017	-	1.399	447	1.286	1.220	2.703
Atendimento de lojas	x	RS 81.322	Agosto de 2015 até setembro de 2019	1	-	5.970	17.286	5.320	15.935
Controle de qualidade		RS 22.000	Setembro de 2016 até abril de 2019	-	1.143	5.946	14.327	3.037	8.775
Podas de árvores		RS 3.500	Julho de 2015 até julho de 2019	-	793	549	266	1.028	1.028
Maintenance	Eletrópaulo Metropolitana S.A.	RS 25.000	Março de 2015 até março de 2019	-	2.677	4.368	6.351	710	990
Prestação de serviços	Eficiência Energética		Mesmo grupo econômico até outubro de 2016	-	-	-	-	1.205	1.722
Distrito serviços de arrecadação (i)	AES Serviços TC Ltda. X AES Guaba II Empreend. Ltda	RS16.568		-	-	-	16.568	-	-
Contas a receber de partes relacionadas:				1	6.012	-	-	-	-
Receita operacional líquida - Nota explicativa nº 20:				-	-	17.280	56.084	12.520	31.153

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Controladora						
				Passivo		Despesa				
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	
Aluguel (*) Sublocação (parte imóvel comercial)	Eletrópaulo Metropolitana S.A.	Controle comum	RS 5 - anual	Setembro de 2012 até janeiro de 2022	1	1	(1)	(3)	(2)	(4)
Dividendos	AES Holding Brasil Ltda. BNDES	Controladora direta	Não aplicável	23.069 26.914	23.069 26.914	-	-	-	-	
Remessa de recursos (ii)	AES Corporation	Controladora indireta	RS 9.010	Não aplicável	9.010	9.010	-	-	-	-
Total fornecedores - nota explicativa nº 11:				1	1	-	-	-	-	
Dividendos a pagar:				49.983	49.983	-	-	-	-	
Contas a pagar de partes relacionadas				9.010	9.010	-	-	-	-	
Total outras despesas operacionais - nota explicativa nº 21:				-	-	(1)	(3)	(2)	(4)	

Natureza da transação	Partes relacionadas	Total estimado	Vigência	Consolidado						
				Passivo		Despesa				
				30.09.2017	31.12.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016	
Dividendos	AES Holding Brasil Ltda. BNDES	Controladora direta	Não aplicável	23.069 26.914	23.069 26.914	-	-	-	-	
Remessa de recursos (ii)	AES Corporation	Controladora indireta	RS 9.010	Não aplicável	9.010	9.010	-	-	-	
Aluguel (*) Sublocação (parte imóvel comercial)	Brasília Participações S.A. AES Serviços TC Ltda. x Eletrópaulo Metropol. S.A. AES Elpa S.A.	Controle comum Mesmo grupo econômico Mesmo grupo econômico	RS 5 - anual RS 171 - anual RS 5 - anual	Setembro de 2012 até janeiro de 2022	1 20 -	1 17 -	(1) (33) (1)	(3) (118) (3)	(2) (49) (2)	(4) (146) (4)
Atendimento de lojas(ii)	AES Serviços TC Ltda. x Eletrópaulo Metropolitana S.A.	Mesmo grupo econômico	RS 1.735	Fevereiro de 2016	-	-	-	-	-	(1.735)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em futura de energia)	AES Serviços TC Ltda. x Eletrópaulo Metropolitana S.A.	Mesmo grupo econômico	De acordo com a venda do serviço	Outubro de 2014 até outubro de 2018	94	882	(129)	(687)	(382)	(382)
Dividendos a pagar:				49.983	49.983	-	-	-	-	
Contas a pagar de partes relacionadas				9.010	9.010	-	-	-	-	
Total fornecedores - nota explicativa nº 11:				115	900	-	-	-	-	
Total serviços de terceiros:				-	-	(129)	(687)	(382)	(382)	
Total outras despesas operacionais - nota explicativa nº 21:				-	-	(35)	(124)	(53)	(1.889)	

Notas Explicativas

(*) O valor total estimado de sublocação com a Eletropaulo, considera uma estimativa anual do aluguel, que contempla também o rateio do condomínio e IPTU do imóvel comercial.

- (i) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a controlada AES Serviços firmou acordos para rescisões contratuais com a RGE Sul (antiga Aes Sul) e com a Metlife, relacionado a arrecadação, oferta e venda de produtos securitários aos clientes da área de concessão da RGE Sul em faturas de energia.

O referido acordo gerou: (i) uma obrigação com a Metlife de R\$ 3.860, decorrente da devolução do adiantamento realizado quando da assinatura do contrato original no montante de R\$3.244 mais atualização financeira de R\$616, a referida obrigação foi liquidada em 31 de agosto de 2017, e (ii) uma indenização a receber no montante de R\$16.568, a qual foi assumida pela AES Guaíba II, visto que esta última era a controladora da AES Sul na época da sua venda. A controlada AES Serviços já havia recebido adiantamento da AES Guaíba II no montante de R\$ 11.000, sendo R\$ 3.000 em 06 de janeiro de 2017 e R\$8.000 em 28 de março de 2017, e o montante residual de R\$ 5.568 foi recebido em 22 de agosto de 2017.

- (ii) Corresponde a créditos que a The AES Corporation (AES Corp.) detém junto à Companhia referente à remessa de recursos no início de 2004 para fazer frente a despesas diversas em decorrência do processo de reorganização societária do grupo AES no Brasil, concluído em dezembro de 2003. No entanto, conforme previsto no Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, firmado em 22 de dezembro de 2003, entre o BNDES, a BNDESPAR, a AES Holdings Brasil e a AES Corp., tais despesas são de responsabilidade do Grupo AES, de forma que a Companhia busca alternativas para regularização deste passivo, seja por meio de baixa ou capitalização, sem diluição dos acionistas não controladores.
- (iii) O montante de R\$1.735 refere-se aos ressarcimentos efetuados pela controlada AES Serviços para a Eletropaulo referentes às despesas com aluguel das lojas, conforme contrato de prestação de operação de atendimento de lojas, aos clientes da Eletropaulo. O contrato vigente prevê que os custos relacionados à locação serão de responsabilidade da Eletropaulo.

24.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração da Companhia é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, nas controladas Uruguaiana e AES Serviços pela Diretoria Estatutária e na controlada AES Elpa pelo Conselho de Administração. Abaixo a remuneração consolidada no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Benefícios de curto prazo (a)	212	695	239	464
Benefícios pós-emprego (b)	-	3	-	-
Outros Benefícios de longo prazo (c)	11	19	8	16
Benefícios de rescisão contrato de trabalho (d)	-	25	-	-
Remuneração baseada em ações (e)	7	15	10	61
Total	230	757	257	541

Notas Explicativas

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- d) refere-se à benefícios concedidos quando da rescisão de contrato de trabalho; e
- e) Compostos por opções de ações a alta administração das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

Os valores referentes a pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

25.1 Instrumentos financeiros

25.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	30.09.2017		31.12.2016			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.757	3.757	26.946	26.946	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4	229.954	229.954	79.522	79.522	Ativos financeiros disponíveis para venda
Contas a receber	5	1.872	1.872	6.777	6.777	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber por venda de energia - CCEE	15	33.121	33.121	33.121	33.121	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber partes relacionadas	24.1	1	1	6.012	6.012	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	14.1	67.672	67.672	63.221	63.221	Empréstimos e recebíveis
Total		336.377	336.377	215.599	215.599	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	4.923	4.923	9.804	9.804	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	15	70.887	70.887	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro		514	514	410	410	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais		136	136	138	138	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		50.016	50.016	50.016	50.016	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		126.476	126.476	131.255	131.255	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs

Notas Explicativas

e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

25.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2017			31.12.2016				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Investimentos de curto prazo	229.954	-	229.954	-	79.522	-	79.522	-
Total - Ativo	229.954	-	229.954	-	79.522	-	79.522	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

25.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e das controladas Uruguaiana e Aes Serviços, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos – aplicável para Companhia e controladas Uruguaiana e AES Serviços

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia e de suas controladas Uruguaiana e AES Serviços além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços estão expostas.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de suas controladas Uruguaiana e AES Serviços, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos – aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance – aplicável para Companhia e todas as suas controladas

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Notas Explicativas

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de suas controladas, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

Na controlada AES Serviços mais da metade das vendas de serviços técnicos são realizadas com Companhia do mesmo grupo econômico (Eletropaulo) e regulamentadas pela ANEEL e por isso possuem alta liquidez e baixo risco para a controlada.

As demais vendas são aprovadas mediante análise de crédito e os maiores clientes são acompanhados periodicamente.

Na controlada Uruguaiana, durante os meses em que esteve em operação, a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Controlada Uruguaiana não comercializou energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e suas controladas: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de suas controladas: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2017 é:

Consolidado	30.09.2017
Caixa e equivalentes de caixa	3.757
Investimentos de curto prazo	229.954
Contas a receber	34.993
Contas a receber - partes relacionadas	1
Total da exposição	268.705

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Posição em 30 de setembro de 2017					
Fornecedores	4.923	-	-	-	-
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	-	-
Arrendamento financeiro	117	144	148	105	-
Encargos setoriais (TFSEE)	136	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	50.016	-	-	-	-
Total	55.192	144	71.035	105	-

Notas Explicativas

(b.3) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Para a controlada Uruguaiana, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina, essa controlada gerencia seu capital com objetivo principal de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

Riscos de taxas de juros

Em 30 de setembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2017 foi de R\$236.184.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de setembro de 2017, foi extraída a projeção do indexador e CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 30.09.2017	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,86%	5,78%	7,71%	9,64%	11,57%
Investimentos de curto prazo	CDI	229.954	8.876	13.291	17.729	22.168	26.606
Subtotal		229.954	8.876	13.291	17.729	22.168	26.606

(c) Outros riscos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Uruguaiana, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades dessa controlada.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.3) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Brasiliiana Participações S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasiliiana Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota 1.3 às informações intermediárias, individuais e consolidadas, que indicam que a controlada AES Uruguiana Empreendimentos S.A. tem sido significativamente afetada pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, resultando em incertezas em relação à sua capacidade de garantir o fluxo regular desse combustível e a consequente estabilidade de suas operações.

Adicionalmente, a reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016, resultou na cisão parcial da controlada Elpa S.A., e versão de seu acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"). Parte do acervo líquido cindido incluiu os investimentos em participação societária na controlada operacional Eletropaulo, dentre outros ativos, reduzindo significativamente atual capacidade de geração de resultados e caixa da AES Elpa S.A. Este assunto encontra-se divulgado na nota explicativa 2.2 das informações intermediárias individuais e consolidadas.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidados, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2017

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC 2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Julian Jose Nebreda Marquez

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Julian Jose Nebreda Marquez

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor